

Resenha do artigo intitulado “Os impactos da reforma trabalhista”¹

Review about the article entitled “The impacts of labor reform”

Leonardo Pacheco Castro²

 <https://orcid.org/0009-0003-7172-863X>

 <http://lattes.cnpq.br/1840598115870572>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil
E-mail: leonardopachecocastro1@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Os impactos da reforma trabalhista”. Este artigo é de autoria de: Diego Caldeira Mourão; Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Vol. 11, edição n. 41, jan.-jun., 2020.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Período Pós-Reforma. Reforma Trabalhista.

Abstract

This is a review about the article entitled “The impacts of labor reform”. It was written by Diego Caldeira Mourão and Jonas Rodrigo Gonçalves. The article was published at “Revista Processus de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, at Vol. 11, edition n. 41, jan.-jun., 2020.

Keywords: Labor Law. Labor Reform. Post-retirement period.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Os impactos da reforma trabalhista”. Este artigo é de autoria de: Diego Caldeira Mourão e Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Vol. 11, edição n. 41, jan.-jun., 2020.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada um dos autores.

O primeiro autor da obra é Diego Caldeira Mourão. É graduando do Curso de Direito, pela UniProcessus, e Oficial do Exército Brasileiro. Os currículos lattes e Orcid estão disponíveis em: <<http://lattes.cnpq.br/4188625338911825>> e <<http://orcid.org/0000-0001-6138-3779>>.

O segundo autor é Jonas Rodrigo Gonçalves. É Doutor em Psicologia, Mestre em Direitos Humanos, Especialista em Direito, Letras e Educação. Ainda, é Licenciado em Filosofia, Sociologia e Letras. Atua como professor, escritor, editor, parecerista de periódicos e revisor de textos. Os currículos lattes e Orcid estão disponíveis em:

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Michelle Veridiane Segantini da Silva.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

<<http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>> e <<https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, os impactos da reforma trabalhista, considerações finais, referências.

Este artigo teve como objetivo analisar os efeitos da reforma trabalhista de 2017 nas relações de trabalho, desemprego e economia. A pesquisa investigou quais foram os impactos causados pela reforma. A hipótese considerada consistiu no fato de que as promessas não foram alcançadas pela reforma. O objetivo geral dos autores foi realizar as mudanças que ocorreram graças a reforma. Os objetivos específicos incluíram avaliar a eficácia dos aspectos alterados, comparando a realidade com as promessas, e analisar os impactos das alterações. A pesquisa é importante para a especialização em direito do trabalho, para a ciência e para a sociedade, pois é um tema pouco estudado e suscita debates necessários. Foi uma pesquisa teórica qualitativa que perdurou por seis meses.

O tema deste artigo é “Os impactos da reforma trabalhista”. Foi discutido o seguinte problema: no Brasil, a reforma trabalhista gerou quais impactos? A hipótese levantada consiste em afirmar que as metas e as promessas previamente estabelecidas pela reforma não foram alcançadas.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar quais mudanças foram geradas pela reforma trabalhista. Os objetivos secundários propuseram avaliar a eficácia dos aspectos alterados pela reforma, os impactos causados pelas alterações, e as respostas frente às mudanças implementadas.

O trabalho justifica-se para os operadores do direito por tratar de uma forma ampla acerca dos impactos da reforma. Para a ciência, a relevância consiste no aumento do conhecimento dos destinatários, pois é um assunto pouco estudado. Para a sociedade, a importância compõe-se de debates necessários aos cidadãos do país.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi a pesquisa teórica, mediante análise de artigos científicos extraídos do Google Acadêmico. Os autores utilizaram palavras-chave para a pesquisa, como: impactos da reforma trabalhista, alterações nas leis trabalhistas, entre outras.

Os autores iniciam a construção da obra pontuando que, durante a década de 1990, surgiram várias pesquisas institucionais e acadêmicas que defendiam a implementação de reformas trabalhistas como uma maneira de combater o desemprego. Mais tarde, com a crise econômica do Brasil, os esforços das empresas levaram às mudanças desejadas, divulgadas na época pelo então Presidente da República, como uma forma de preservar o emprego. Todavia, para os autores, é válido questionar até que ponto a reforma cumpriu suas promessas para os brasileiros e, principalmente, para os trabalhadores. Os autores sobrelevam que a crise que se iniciou em 1990 parece ter se estendido. A Lei nº 13.457 (BRASIL, 2017) trouxe uma série de mudanças nas regras das relações trabalhistas, especialmente nas normas de negociações coletivas e de contratos.

A obra, de maneira interessante e dialética, demonstra que a reforma trabalhista alegou ter como objetivo estimular os empregadores a realizar mais contratações. Entretanto, como demonstrado no texto, uma mudança efetiva na legislação só seria possível se houvesse redução nos custos trabalhistas e, no mesmo sentido, declararam que essa redução foi principalmente direcionada aos trabalhadores. Pode-se observar uma clara coerência na diminuição dos gastos para os empregadores, seja através da redução do equilíbrio das remunerações, da eliminação de garantias salariais mínimas, da redução de pagamentos variáveis ou

do enfraquecimento da aplicação dos direitos trabalhistas restantes. O trabalho deixa claro que, em outubro de 2017, o desemprego afetava 12.740 milhões de brasileiros, correspondendo a 12,2% da população considerada em idade ativa.

Mourão e Gonçalves, de forma importante, informam que observando os números, é possível perceber que as promessas trazidas pela reforma trabalhista não foram plenamente cumpridas. Para eles, entre as diversas mudanças ocorridas, tanto nas relações de trabalho quanto na criação de novas modalidades de contratação, a maioria delas é mais favorável aos empregadores. Uma das mudanças significativas trazidas pela reforma foi a terceirização, que ocorre quando uma empresa principal contrata outra para realizar determinado serviço. Para mais, o texto informa duas importantes novidades: a ampliação do trabalho parcial e a validação do trabalho intermitente. Outrossim, os autores certificam que também era objetivo da reforma melhorar as condições dos contratos de terceirização e criar novas modalidades de trabalho, com o intuito de aumentar o emprego formal. No entanto, destacaram que as mudanças no mercado de trabalho não mostraram alterações significantes em relação aos anos anteriores à 2019.

Conduzindo-nos a um raciocínio de sabedoria, os autores demonstram que a reforma enfraqueceu os sindicatos e as proteções ao trabalhador, tornando as condições desfavoráveis em comparação ao poder das empresas em determinar os trabalhos. Outros aspectos identificados como negativos foram o aumento do desemprego e a redução estimada nos salários pagos aos empregadores. Para Mourão e Gonçalves, a reforma ajustou pelo menos dezesseis critérios de regulação da jornada de trabalho, buscando favorecer as empresas ao articular as condições do período trabalhado, contribuindo para um possível pagamento de horas efetivamente trabalhadas. Ademais, é pontuado que desde a década de 1990, o Brasil se alinha às tendências internacionais de contratos de trabalho a prazo, como forma de regular o mercado de trabalho de acordo com a conjuntura econômica gerada pela globalização financeira. Outro aspecto importante a ser destacado é que, no período pós-reforma, os impactos foram nas jornadas médias de trabalho, que apresentaram variações oscilantes entre negativas e positivas.

Os autores buscaram demonstrar que o mercado de trabalho passou por diversas mudanças graças a reforma trabalhista, vista como uma medida que buscava garantir a sobrevivência da maior parte da população, ou seja, que depende do salário para viver. Para eles, foi construída uma narrativa predominante, promovida por setores empresariais, governamentais e liberais, de que a flexibilização das relações trabalhistas resultaria em maior autonomia econômica e atrairia investimentos externos e internos. Todavia, observa-se que houve a desvalorização do trabalho como um aspecto agravado pela crise, e não contido pela reforma. Em contrapartida, os autores sobrelevam alterações significativas na rentabilidade das empresas, o que é considerado por estudiosos de economia como um fator determinante para a redução das taxas de investimento.

O texto aduz de forma clara que as novas leis trabalhistas direcionaram o mercado de trabalho e causaram consequências significativas para a seguridade social. No entanto, mesmo com as reformas, não é possível afirmar um impacto positivo na economia. Em relação aos processos trabalhistas, a obra observa que na época houve um grande número de ações no Supremo Tribunal Federal contestando a constitucionalidade da reforma trabalhista, incluindo ações declaratórias de constitucionalidade e ações diretas de inconstitucionalidade. O trabalho certifica que o enfraquecimento da proteção legal e o temor de sentenças desfavoráveis para as partes mais vulneráveis, devido às novas possibilidades de pagamento de custas

processuais e honorários advocatícios, resultaram na redução das reivindicações trabalhistas, em especial pela hipossuficiência do trabalhador e pela possibilidade de ele ser obrigado a arcar com as despesas judiciais. O artigo aqui resenhado deixa evidente que a reforma teve impactos em praticamente todos os aspectos do trabalho, da economia, do desemprego e do sistema judiciário.

No capítulo das considerações finais, os autores concluíram que até o momento da pesquisa, a reforma não tinha alcançado os resultados desejados e amplamente divulgados por seus defensores, nem mesmo as metas estabelecidas para os primeiros anos após as mudanças. Com base em todas as questões discutidas, evidenciaram que a reforma está longe de cumprir seus objetivos e promessas. Diante da conjuntura econômica do país, os autores certificam que é necessário buscar alternativas adicionais para aumentar o índice de empregabilidade, melhorar as relações de trabalho, reduzir a informalidade e aprimorar as condições de trabalho para todos os cidadãos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.457, de 26 de junho de 2017**. Altera as leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13457.htm>. Acesso em: 19 mai. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura.

Revista JRG de Estudos Acadêmicos. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI:

10.5281/zenodo.4319105. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI:

10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:

<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MOURÃO, Diego Caldeira; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Os impactos da reforma trabalhista. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Vol. 11, n. 41, jan.-jun., 2020. Disponível em: <

<<https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/262>>. Acesso em: 13

<<https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/262>>. Acesso em: 13 mar. 2023.